SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/05/2015 - CUT

29 de Maio - Dia Nacional de Manifestações e Paralisações

Rumo à Greve Geral. Contra a Terceirização, as MPs 664 e 665 e o ajuste fiscal. Em defesa dos direitos e da democracia

Por que paramos?

Os deputados aprovaram o PL 4330. Você sabe o que isso significa para nós trabalhadores? Seremos demitidos. Estão rasgando a CLT. Trabalhadores diretos serão demitidos para as empresas contratarem terceirizados em seu lugar, sem direitos, com salário menor e maior carga de trabalho. Os terceirizados serão substituídos por quarteirizados em situação ainda pior. Quais as consequências? Fim do 13º, das férias remuneradas, do FGTS, do Seguro-Desemprego da estabilidade para os servidores públicos, aumento da rotatividade no emprego e das demissões.

Mesmo você que hoje é terceirizado, com o rebaixamento geral de salários e direitos, também será prejudicado. Para lutar contra essa tragédia, nós, trabalhadores do Brasil, estamos parando neste dia 29. Se você é assalariado, participe dessa luta, cruze os braços, para que as conquistas históricas de nossos direitos sejam respeitadas por gente como o deputado Eduardo Cunha.

Contra o Ajuste Fiscal, por Direitos: Continuaremos a pressão contra a aprovação do PL 4330 (agora no Senado com PLC 30), que retira direitos de todos os trabalhadores ao permitir a terceirização sem limites, em todas as funções de qualquer empresa e setor. A terceirização só interessa aos empresários, que se utilizam desta prática criminosa que precariza ainda mais relações de trabalho, reduz salários e aumenta os riscos de acidentes e mortes no trabalho, com o único objetivo de aumentar ainda mais seus lucros à custa dos/as trabalhadores/as.

Também continuaremos mobilizados contra a Medida Provisória (MP) 664, que muda as regras para a concessão do auxílio-doença e pensão por morte, e contra a MP 665, que dificulta o acesso ao abono salarial e ao seguro-desemprego, prejudicando especialmente os mais jovens. Essas medidas adotadas pelo governo federal fazem parte do pacote de ajuste fiscal do ministro da Fazenda Joaquim Levy, que prevê profundos cortes no orçamento da União, mas mexendo no bolso dos trabalhadores e dos mais pobres.

Somos contra quaisquer medidas de ajuste fiscal que tragam prejuízo aos trabalhadores, que possam gerar desemprego, recessão, ou que restrinjam o acesso a políticas públicas e programas de inclusão, como o Minha Casa Minha Vida. Defendemos a taxação das grandes fortunas, como primeiro passo para uma reforma tributária necessária em nosso País.

Leia mais em:
http://cut.org.br/acao/29-de-maio-dia-nacional-de-manifestacoes-e-paralisacoes-4f97/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Telesíntese

Anatel arrecada R$ 183,7 milhões, ágio médio de 69,5%, com venda de órbita brasileira de satélite

A Anatel fecha com sucesso o leilão de venda de mais quatro posições orbitais brasileiras. Apesar de surgirem apenas quatro interessados para a venda de quatro licenças, houve disputa entre as empresas, o que fez o ágio máximo chegar a 83% e o ágio final atingir 69,55%. O governo arrecadou com este leilão R$ 183.755,020 milhões.

A Anatel fechou com ágio de 69,55% o seu leilão de quatro posições orbitais brasileiras, conseguindo arrecadar para o Tesouro Nacional nada menos do que R$ 183,7 milhões., mais do que no ano passado, quando já havia arrecadado R$ 153 milhões. Um tento, frente a um cenário de crise econômica. Mas o setor de telecomunicações parece seguir incólume às previsões mais pessimistas. Embora o mercado não esperasse grandes disputas – afinal, eram quatro licenças, para quatro empresas que formalizaram interesse – à medida que as opções de compra foram diminuindo, aumentavam o apetite das concorrentes e os lances ofertados na licitação realizada hoje, 26 de maio.

As duas primeiras posições orbitais foram arrematadas pela empresa canadense, Telesat, que já tem um satélite brasileiro, comprado na primeira licitação realizada pelo governo na década de 90. Desta vez, a empresa comprou as duas órbitas que podia. Pela primeira posição, que não teve disputa, a Telesat apresentou logo um alto ágio, de 57%, e levou o satélite por R$ 42,5 milhões. Também na segunda etapa, a empresa canadense aumentou o preço logo de partida. Mas enfrentou disputa da francesa Eutelsat. Mesmo asssim, amealhou a órbita pelo preço de R$ 46,8 milhões, valor 73% mais alto ao preço mínimo de R$ 27 milhões estipulado pela agência.

A terceira posição orbital foi comprada pela estreante árabe (de Abu Dhabi), Star Satellite, que foi para a disputa de preço com a Eutelsat. Levou a órbita por R$ 44,1 milhões, ágio de 63%. No leilão do ano passado a empresa já havia tentado comprar um pedaço do espaço sideral brasileiro, mas não conseguiu levar.

A quarta posição foi arrematada pela Hispamar, já atuante no Brasil com duas posições orbitais (e pela qual pagou o mais alto preço no ano passado, R$ 68 milhões), pelo preço de R$ 50,295 milhões, também o mais alto ágio, de 86%.

Conforme as regras do edital, cada empresa podia ficar com até duas posições orbitais. Com isto, a Eutelsat, que também elevou bastante o valor da oferta nas três últimas etapas, mas acabou não levando qualquer posição orbital, ficou de fora. A exceção da empresa árabe, as demais já têm posições satelitais brasileiras e queriam ampliar seu portfólio.

O edital prevê ainda que deverá ser pago 10% do valor ofertado na assinatura do contrato e o restante em pagamentos anuais em seis anos, corrigidos pelo IGPDI e juros mensais de 1%. Esta fórmula, que encare muito o preço da licença nos próximos anos, poderá servir de estímulo para alguma empresa pagar à vista o que deve, recursos extras que serão muito bem-vindos pelo Tesouro Nacional.

À exceção da Hispamar, que construirá o seu satélite em banda Ku, as demais empresas informaram que irão lançar os seus novos satélites em banda Ka. As duas tecnologias oferecem o serviço de banda larga fixa, mas a Ka exige uma antena de recepção menor. As empresas têm de quatro a seis anos para lançar os satélites.

A última posição orbital foi disputada por duas empresas coligadas. A Eutelsat tem 20% da holding Hispasat, que detém 80% da Hispamar. Mas segundo seus executivos, a empresa francesa abriu mão de participar do controle da espanhola devido a portaria 101 da Anatel.

Mercado brasileiro

O Brasil tem hoje 17 posições orbitais próprias ocupadas. A Embratel e sua subsidiária, Star One, continua a ser a que detém o maior número de satélites na órbita brasileira. A empresa do grupo America Móvil possui 10 posições orbitais brasileiras com satélites em banda C, Ku, Ka e X (militar).

Em seguida vem as europeias Eutelsta, Hispamar e SES com duas posições orbitais cada, nas bandas C, Ku e Ka. Depois, a Echostar, com uma posição orbital e satélites de bandas Ku, Ka e S. Por fim, a Telebras, com uma posição orbital de Ka e a Telesat, que tinha uma posição orbital.

Com este novo leilão, Telesat e Hispamar se fortalecem no território sul americano e surge um novo concorrente.

27/05/2015 - Instituto Telecom

Algar Telecom cria sistema para reduzir tempo de atendimento

A operadora mineira Algar Telecom desenvolveu uma ferramenta para unificar operações e processos no atendimento ao cliente. Antes, o atendente acessava sete sistemas para fazer responder a uma requisição. Agora, a empresa unificou todo o processo em uma única tela, usando software desenvolvido internamente.

"O tempo médio de atendimento (TMA) passou de 430 para 250 segundos. Isso evita o desgaste no relacionamento com o cliente, que acabava por ficar aguardando um bom tempo até que a solicitação fosse atendida", afirma a diretora de Gestão do Relacionamento com Clientes da Algar Telecom, Ana Paula Rodrigues. O sistema foi batizado de Algar CRM.

"Ao invés de contratarmos um desenvolvedor de software, optamos por realizar um workshop onde ouvimos os atendentes para entender as dificuldades deles. Dessa forma, conseguimos ser muito mais assertivos, pois toda a arquitetura da informação deste sistema foi moldada de acordo com o nosso cenário", diz a diretora.

A Algar Telecom também modernizou a URA (Unidade de Resposta Audível). A empresa fez uma pesquisa com vários clientes para em busca de sugestões para melhorar o atendimento eletrônico. "Pedimos para indicar questões como tipo voz e idade da atendente. Chegamos a uma voz feminina, com sinais de 35 anos de idade. São intervenções que tornaram o serviço mais humanizado", observa Ana Paula Rodrigues.

A nova URA também conta com novos autosserviços, como segunda via e bloqueio de conta, consulta de reparos solicitados pelo cliente e refresh de TV (troca de plano) – procedimentos que dependiam da interação com o atendente para ser concluídos. Ainda na parte de autoatendimento, o cliente conta com o aplicativo para smartphones "Meus Serviços Algar Telecom", ferramenta compatível com sistemas Android e iOS, que permite realizar ações disponíveis no portal da operadora pelo celular. A empresa não divulgou o investimento feito para as atualizações.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Telesíntese

Anatel lança consulta para valor de multa de fiscalização

A fórmula do valor da multa por empresas que impedem a fiscalização da Anatel ficará sob consulta pública até o dia 26 de junho.

A Anatel lançou hoje, 27, consulta pública de número º 11, que propõe uma nova metodologia para calcular o valor das multas a serem aplicadas em empresas de telecomunicações que impedem o acesso de seus fiscais.

A consulta pública ficará disponível para comentários até o dia 26 de junho. Esta é mais uma medida de alteração de cálculo das multas aplicadas pela agência. Os valores das multas aplicadas estão sendo revisados pela agência há um ano.

26/05/2015 - RBA

Redução da jornada de trabalho é alternativa ao desemprego, diz Dieese

Plano defendido pelas centrais sindicais prevê a redução da jornada de trabalho em 30% e dos salários em 15% como forma de evitar demissões

O coordenador de atendimento sindical do Dieese, Airton Santos, comentarista para o mundo do trabalho da Rádio Brasil Atual, disse hoje (26) que plano defendido pelas centrais sindicais para o setor da metalurgia – que prevê a redução da jornada de trabalho em 30% e dos salários em 15% – é uma alternativa válida para evitar demissões em massa, mas espera que a sua aplicação seja breve e torce pela recuperação do quadro econômico e a normalização do emprego.

Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, na semana passada, CUT, Força Sindical e UGT sugerem que a medida seja aplicada por um período de ao menos 12 meses.

Airton diz que o impacto da desaceleração econômica no mercado do trabalho surpreendeu pela rapidez e que o fato acendeu uma luz amarela no movimento sindical que visa, com esse plano de redução de jornadas e salários, a evitar o aumento do desemprego.

"É melhor perder 15% do salário do que perder 100%", frisa Airton, que lembra que a proposta não é nova e vendo sendo defendida pelas centrais desde a crise de 2008, quando o emprego também foi prejudicado.

Apesar de a proposta ser inspirada em casos bem sucedidos na Alemanha,Airton faz questão de ressaltar as diferenças entre o padrão de salário e o nível de seguridade social do trabalhador alemão e do trabalhador brasileiro.

"(Cerca de) 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. Quando você tira 15% de salário, é um peso razoável. Mas é uma situação que, nessa altura do campeonato, não podemos fugir", analisa o coordenador do Dieese.

Outro alerta que faz Airton é para o risco de oportunismo das empresas, que podem se aproveitar da medida, mesmo sem a necessidade de reduzir a produção, apenas para aumentar seus lucros com a diminuição dos salários.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/05/2015 - RBA

Condenação da Philips por contaminação de trabalhadores deve orientar outras ações

Empresa foi condenada a pagar indenização de R$ 20 milhões a trabalhadores contaminados por mercúrio. Osram e Sylvania estão envolvidas em casos semelhantes

Fábrica de lâmpadas foi fechada em 2010. Ao menos 120 trabalhadores foram contaminados

Trabalhadores de uma extinta fábrica de lâmpadas da Philips, em Mauá, região do ABC paulista, ganharam na Justiça uma ação contra a empresa por terem sofrido contaminação por mercúrio – o mercurialismo – ao ficarem expostos à substância na linha de montagem.

O Ministério Público do Trabalho (MPT-SP) ingressou com uma ação, em 2006, mas os trabalhadores contaminados só conseguiram uma vitória no final do mês passado. A Justiça determinou que a Philips pague uma indenização de R$ 20 milhões, além de um plano de saúde vitalício aos atingidos. A decisão deve servir de modelo para outros casos investigados pelo MPT.

Segundo dados da Previdência Social, mais de 700 mil trabalhadores sofrem lesões graves, e até mesmo fatais, durante a jornada de trabalho, todos os anos.

Os primeiros casos de mercurialismo foram constatados no início da década de 1990, e a fábrica foi desativada em 2010. A contaminação se deu por falta de cuidados elementares na segurança do trabalho.

"Eles passaram a dar café da manhã pra gente. Davam um misto, e a gente pegava aquele misto e levava até o setor. Na inocência, a gente comia o lanche contaminado por mercúrio", conta Everaldo Francisco da Silva, presidente da Associação dos Intoxicados por Mercúrio.

Entre os sintomas da doença, os trabalhadores sofriam com dores de cabeça, irritabilidade, tremores, fraqueza, sangramento na gengiva e úlceras. "Às vezes, ficava ruim pra caramba, ia para o hospital, e nunca se descobria o que se tinha", conta Osvaldo Gonçalves Carvalho, ex-trabalhador da Philips.

Ainda existem outras denúncias de intoxicação por mercúrio em tramitação na Justiça, como os casos da Osram e Sylvania, que também fabricam lâmpadas, e são acompanhadas pela Associação dos Intoxicados por Mercúrio.

A advogada da associação, Maria Augusta Ferreira Galvão, conta que as três empresas já tinham o conhecimento dos riscos de contaminação e negligenciaram o questão. "Tivemos acesso, recentemente, à atas de reuniões entre as três empresas, Osram, Philips e Sylvania, em que elas já tinham, efetivamente, conhecimento dos males ocasionados pela aspiração do vapor do mercúrio."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/05/2015 - Carta Maior

O HSBC faz as malas

Abalada por escândalos variados, a instituição prepara-se para deixar o País

JUNHO DE 1994*	DEZEMBRO DE 2000*	DEZEMBRO DE 2014*
Bradesco	Bradesco	Itaú
Itaú	Itaú	Bradesco
Banamérica	Unibanco	Santander
Nacional	ABN Amro	HSBC
Unibanco	Santander	BTG Pactual
Real	Safra	Safra
Safra	HSBC	Votorantim
BCN	Bank Boston	Citibank
Lloyds	Citibank	JPMorgan Chase
Econômico	Sudameris	BNP Paribas

Na quarta-feira 13, o burburinho em torno da provável venda do HSBC no Brasil indicava a possibilidade de realização do negócio ainda neste semestre. Com ativos totais de 150 bilhões de reais, trata-se do quarto banco privado no Brasil, antecedido por Itaú, Bradesco e Santander, e o sétimo na classificação geral. Bradesco, BTG Pactual e Santander compõem a relação de possíveis compradores, seguidos pelo canadense Scotiabank, por chineses como o Industrial & Commercial Bank of China e o espanhol Bilbao Vizcaya. O montante do negócio, especula-se no País e no exterior, oscila em torno de 5 bilhões de dólares, equivalente a 1,6 vez o valor patrimonial do quarto trimestre do ano passado.

As operações do HSBC na Turquia e nos Estados Unidos seriam também vendidas para contrabalançar o impacto nos resultados do aumento das exigências dos órgãos reguladores de diversos países em relação aos ativos de risco, motivo do fechamento de 77 negócios nos últimos quatro anos. Entre 2013 e 2014, a instituição foi investigada na Europa por manipulações nos mercados de câmbio e de taxas de juro.

A situação agravou-se com a descoberta, em fevereiro deste ano, das contas secretas de 106 mil clientes de 203 países na filial suíça, com mais de 100 bilhões de dólares em depósitos feitos entre 1988 e 2007 por governantes, empresários, políticos, celebridades e criminosos, no escândalo apelidado SwissLeaks. O banco é suspeito de cumplicidade com a sonegação provavelmente cometida por 95% desses clientes. Com 7 bilhões de dólares em 8.667 contas, o Brasil é o nono colocado em volume de depósitos e o quarto em quantidade de contas correntes secretas. A Receita Federal e uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em março no Senado investigam as suspeitas de irregularidades nessas contas, abertas por empresários, donos de grupos de mídia, políticos e empresas, neste caso para pagamento, na Suíça, de parte da remuneração de executivos.

A provável saída do HSBC marca o fracasso da abertura financeira dos anos 1990, anunciada pelo governo FHC como um caminho para o aumento da eficiência do sistema financeiro local pela sua exposição à concorrência externa. Com exceção do período de 1946 a 1964, a entrada de bancos estrangeiros no País foi limitada. Entre 1965 e 1995, o ingresso era condicionado ao acesso de instituições brasileiras aos países de origem das estrangeiras. A Constituição de 1988 vetou a entrada de capital do exterior, mas deixou uma brecha, no artigo 52, utilizada pelo governo em 1995 para permitir o ingresso.

O efeito foi, porém, oposto ao anunciado. "A ampliação da presença estrangeira no sistema bancário brasileiro não teve o impacto previsto pelas autoridades econômicas na redução dos custos do crédito e dos serviços bancários oferecidos à população e no alongamento dos prazos das operações de crédito", constataram as pesquisadoras Maria Cristina Penido de Freitas e Daniela Magalhães Prates, da Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo, em estudo sobre a abertura financeira do governo FHC.

Leia mais em:
http://www.cartacapital.com.br/revista/850/o-hsbc-faz-as--malas-546.html